

ALARCÃO, JORGE DE (2022).

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_26

Coimbra, o ressurgimento da cidade em 1537.

Coimbra: Imprensa de Universidade de Coimbra, 300 p.

ISBN 978-989-26-2264-4

Nunca é linear a história de um investigador. Não apenas por também nos domínios científicos se registarem modas a que, queira-se ou não, se acaba por obedecer, até para não se dar a ideia de estar desatualizado, mas porque só em largas porções de autoestradas se nos patenteia uniformidade de paisagens. O nosso percurso mais normal vai de surpresa em surpresa: aqui, recente amendoal gota a gota; ali, o amarelão dum campo de tremoço; acolá, o casebre abandonado de chaminé ainda vigilante a sustentar permanente ninho de cegonha.

Por mais especializado que procure ser, torna-se, pois, difícil que o investigador em Ciências Sociais e Humanas resista à tentação de se deixar seduzir pelas novas sendas com que a sua caminhada se deparou.

Assim aconteceu com o Professor Jorge de Alarcão. Para dissertação de licenciatura (1958) foi a propriedade rural do Mosteiro de Grijó em meados do século XIV que o entusiasmou. Essa bem sedutora obscuridade medieval... E por aí dava impressão que singraria, dado que, no ano seguinte, uma tabela inédita o levou a debruçar-se sobre emolumentos do tabelionato medieval português.

Eis senão quando chega a Coimbra João Manuel Bairrão Oleiro, versado em Arqueologia Romana e *Conimbriga*, ali tão perto, ganhou sedução maior. Pela investigação arqueológica se movimentou: interessou-se pelos vidros romanos, por exemplo, mas seria, de facto, *Conimbriga* e, depois, a *villa* romana de São Cucufate, que lhe iriam preencher mais tempo, no âmbito da

colaboração luso-francesa. Como docente, acabaria também por percorrer o País, nomeadamente a partir do momento em que logrou criar a licenciatura em Arqueologia e começaram a apresentar-se candidatos a doutoramento nessa área, que, de muito bom grado, orientou.

Dessa experiência – e também porque os estudos epigráficos, em que o seu Instituto de Arqueologia se estava a evidenciar a nível nacional e internacional – colheu a sugestão, que não enjeitou, de proceder à revisão do que se considerava assente, sobretudo no que concerne à organização do território em tempo romano e pré-romano, os nomes dos povos, as *civitates*... Pertence a esse período a bem oportuna série que manteve na *Revista Portuguesa de Arqueologia*, de “Notas de Arqueologia, Epigrafia e Toponímia”: I e II 2004; III 2005; IV 2006; V 2008; VI 2012; VII 2015; VIII 2019; IX 2020.

Chegado o tempo da aposentação, voltou ao seu amor maior: Coimbra, a cidade, a sua evolução urbanística e arquitetónica, as suas gentes. Mormente porque tinha a seu lado o Dr. José Luís Madeira, capaz de reduzir a imagem o que ao investigador parecia possível de assim ter sido. A essa nova orientação não terá sido estranha também a localização do seu gabinete no vetusto Palácio de Sub-Ripas, onde se respira Património e há amplas janelas sobre o casario coimbrão.

Coimbra, o ressurgimento da cidade em 1537 vem, pois, no seguimento dos magníficos álbuns:

- *Coimbra, a montagem do cenário urbano* (2008);
- *O Fórum de Aeminium: a busca do desenho original* (2009);
- *As Pontes de Coimbra que se Afogaram no Rio* (2012);
- *A Judiaria Velha de Coimbra e as Torres Sineiras de Santa Cruz* (2013).

E responde a esta grande curiosidade: sim, o Estudo Geral galgou de Lisboa para Coimbra por vontade régia e para obviar à má vizinhança que a estudantada fazia na capital. Mas... foi só isso, a vinda de estudantes e docentes? Que se terá realmente passado? A cidade, o seu desenho urbano, a vida das suas gentes – tudo isso não teve imediatas consequências?

Essa, a questão a que se propôs responder e cuja resposta, agora consubstanciada em livro de peso, lhe mereceu – posso garantir! – mui aprofundada

reflexão, leitura muito atenta da documentação escrita, cuidada observação da escassa documentação gráfica, ler nas entrelinhas, alguma dose de imaginação e partir do pouco de concreto conhecido.

E aí temos, portanto, o resultado proposto. Com o rigor possível, a ousadia possível, a convicção fundamentada.

A simples leitura do índice logo nos permite apercebermo-nos do plano traçado. Após o prefácio explicativo das razões do processo e da nota prévia de integração histórica, o nosso olhar é desviado para a margem esquerda do rio Mondego; somos convidados a ir desde o rossio da portagem, até Santa Cruz; demoramo-nos na observação no que era o mosteiro nesse ano de 1537; vamos, depois, do terreiro de Sansão até à Praça Velha e regressamos daí ao rossio da portagem. Ou seja, demos uma volta pela ‘baixinha’. Olha-se, agora, para a “cidade alta” e já estamos disponíveis para ir pelos caminhos fora da muralha, desde a Fonte dos Judeus até à Eira de Patas. Antes de nos despedirmos, importa, afinal, perceber como se organizaram, então, as instalações da Universidade.

Ajudam-nos os apêndices a melhor compreender o périplo que nos foi dado empreender: debruçamo-nos sobre o que foram as obras manuelinas na Igreja de S. João; voltamos ao mosteiro de Santa Cruz para sabermos dos dormitórios e da enfermaria; somos convidados a tentar perceber o mistério de uma escada nesse mosteiro emparedada. Dera-se uma panorâmica das instalações universitárias, mas... não fora por aí que se haviam erguido os Paços da Alcáçova? O que é que se logrou saber a seu respeito?

Não ficaria bem o autor com a sua consciência se não apresentasse, como é seu timbre, algumas certezas, muitas dúvidas:

O nosso percurso de investigação foi uma longa caminhada. Ficam sugestões para quem quiser fazer o resto do caminho. Fica também um aviso: nunca saberemos, de forma completa e verdadeira, como seria Coimbra em 1537. Teremos de ficar no arredor da verdade, de aceitar que, em muitos casos, não temos meios de confirmar se o que existiu foi tal como o podemos imaginar.

(p. 263)

Virá, porventura, a propósito desta última palavra – ‘imaginar’ – e, também, a propósito do livro em apreço, a recente reflexão de Nicolò Giuseppe Brancato, num livro sobre a conservação da memória cultural através da imagem:

Tem a IMAGEM valor e consistência concretos: um livro que contenha ilustrações – desde que não sejam ‘fantasiosas’ – fornece-nos, de facto, imagens que nos possibilitam apreender realidades dantes ignoradas e delas deduzirmos situações susceptíveis de individualizar outras realidades sugeridas pela reprodução, fotográfica ou manual que seja. E, assim, a partir da foto de um salão de banquete, podemos calcular o número possível de convivas; da disposição das toalhas, a quantidade de pratos e de bebidas, chegando à certeza de que aí teria havido, na realidade concreta, água, vinho, espumante, digestivos... Usamos, em suma, a nossa ‘imaginação’ para obtermos elementos concretos que as reproduções nos permitem identificar.

Voltando ao retrato que nos é apresentado pelo Doutor Jorge de Alarcão, da Coimbra de 1537, importa recordar que, como o Autor explicita no prefácio, “Coimbra teve um antes e um depois dessa data: a instalação da Universidade trouxe um ressurgimento da cidade, com transformações urbanísticas, demográficas, sociais, económicas e culturais relevantes”; contudo, o objetivo do trabalho foi “apenas reconstituir o aspecto físico da cidade” nesse ano, sem detença, por exemplo, no que concerne propriamente à transferência da Universidade em si. Houve aqui, de facto, uma grande simbiose entre a escrita e as imagens, de modo que – é ainda o Autor quem o realça – “os desenhos dão vida e cor à obra, ou convertem numa *visão panorâmica* o que seria mera *descrição topográfica*”, de tal forma que pode, até, pensar-se (acrescenta) numa *sociotopografia*, passível de proporcionar a análise de “como, em 1537, classes sociais ou socioprofissionais se distribuía pelo tecido urbano, sem demasiados apartamentos dos mais ricos relativamente aos apenas remediados”.

Cá está, como escreve Brancato: a imagem a despertar a imaginação!

E o leitor, por menos afeto que esteja a estes domínios históricos, nem sempre de leitura fácil, concordará no final: trazer estudantes universitários

de Lisboa para Coimbra não constituiu mera conciliação dos lisboetas com o rei, poupando-os da natural e desregrada euforia estudantil. Houve pelo meio, consciente ou inconscientemente, outras forças, outras convicções, outros... enleios!

Esses, no entanto, constituem outros dados do mesmo painel. Por agora, Jorge Alarcão só quis falar do exterior, do urbanismo, dos edifícios. O que tudo isso veio implicar em termos sociais e culturais é, na verdade, uma outra história. Fica o desafio para quem a quiser esboçar: “Ficam sugestões para quem quiser fazer o resto do caminho”!

Acrescente-se que este mui precioso álbum – nunca será de mais louvar a elegância e rigor do traço do Dr. José Luís Madeira! – tem, a complementar o percurso feito e para que melhor o entendamos, adequadas notas, explícito glossário e o rol das referências bibliográficas. A excelente apresentação gráfica, devida a Rui Veríssimo Design, teve execução de Rainho & Neves.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

jde@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

<https://orcid.org/0000-0002-9090-557X>

